

## IGNORÂNCIA, CONSCIÊNCIA E INDIFERENÇA (PROVOCAÇÕES PARA UMA MESA)<sup>1</sup>

NILO HENRIQUE NEVES DOS REIS

Professor de Filosofia da UEFS, Membro do Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, Membro do Comitê de Ética de Uso de Animais, Editor da Revista Ideação.

“A Ambígua relação que mantemos com as outras espécies que nos rodeiam – desde o amor, por vezes aparentemente desmedido, despejado sobre os companheiros de quatro patas até a eficiência produtiva com que os transformamos em comida”.<sup>2</sup>

A maioria de nós, com certeza, pouco se lembra de campanhas publicitárias, antes da década de 80, que defendessem os direitos dos animais. Depois que os movimentos ambientalistas resolveram investir em campanhas educativas, denúncias sobre a prática abusiva da medicina em animais não-humanos, despertou-se uma espécie de sentimento reflexivo dos ambientalistas que há alguns equívocos na pesquisa médica que precisam ser repensados.

Os homens são seres da natureza e os animais também. No entanto, ainda há muito que se investigar nessa relação: homens criam, alimentam para engorda, abatem, negociam, estocam e comem carnes de animais. Aliás, os dicionários definem os animais como seres vivos organizadores, dotados de sensibilidade e movimento. Além disso, por sensibilidade entende-se a qualidade do que é sensível, isto é, aquele que pode sentir. Por sentir, compreende-se uma certa capacidade de perceber. Perceber é apoderar-se, por meio dos sentidos, de alguma coisa. A dor, por exemplo, é uma sensação de mal-estar (que não pode ser medida) que pode afetar algum órgão que esteja relacionado ao sentir. A dor, nesse caso, é um sintoma patológico que incomoda os animais. Os homens procuram os médicos, bruxos e religiosos todas as vezes que sentem dor. Eis um problema para reflexão: fugimos da dor, mas infligimos dor às outras criaturas! Eis nosso bom senso (*sic*).

Muitas pesquisas científicas enfrentam a dor. Aliás, já existem congressos e simpósios internacionais sobre a Dor. Nos últimos meses, descobrimos que existe até um aparelho chamado “dolorímetro” que ajuda os médicos a perceber o grau (próximo) de dor de um paciente. Eis nosso “bom senso”. Por outro lado, a dor humana pode ser expressa em linguagem para outro ser humano (no caso o médico), e ela pode ser vencida com uso de fármacos, mas essa dor também pode ser uma linguagem que os órgãos utilizam para se comunicar com outros órgãos do corpo (mas essa é uma outra história). Nossa questão de hoje já foi

posta por Hugo Lafollete: “Há limites para o modo como os seres humanos podem tratar legitimamente os animais não-humanos? Ou podemos tratá-los de qualquer maneira que nos agrada? Se há limites, quais são eles?”<sup>3</sup>

Por que fazemos uso de cobaias? De acordo com os especialistas, alguns testes, por exemplo, de vacinas, necessitam indispensavelmente de organismos vivos para se entender a relação do organismo com os efeitos das substâncias inoculadas. As cobaias, nesse sentido, são vitais em algumas etapas para as pesquisas em laboratório, mas, ao mesmo tempo, cada unidade de cobaia é um acessório, irrelevante em sua singularidade; assim, elas são “coisas” descartáveis. Além do mais, o próprio termo cobaia parece trazer uma certa interpretação de irrelevância.

Quando falamos em limites de trato com os animais, gostaríamos que ficasse exaustivamente claro o que pretendemos abordar: têm os animais não-humanos direitos éticos? Compreender esse fenômeno é, antes de tudo, entender o que significa os direitos dos animais. Mas, prestem um pouco mais de atenção, é preciso adotar duas posturas: a primeira, os animais têm direitos? A segunda, ou eles só devem ser utilizados pelos laboratórios se e somente se forem bem-tratados? Para Tom Reagan<sup>4</sup>, ardente defensor dos animais, a idéia de bem-estar parte do princípio de que é possível explorar os animais, comê-los, desde que se trate deles corretamente. Para ele, esse é um argumento falso. Em sua compreensão, a medida abolicionista é a mais acertada. Ou em suas palavras: “é a diferença entre ter escravos felizes e não ter escravos”.<sup>5</sup>

Vivemos em uma época de coexistência: alguns desejam a libertação dos animais, outros, por exemplo, defendem o uso de animais em pesquisas de laboratório e, no meio, uma extensa massa que ignora a questão. É exatamente aqui que está uma das reflexões do problema. Para o segundo grupo, nenhuma das vacinas obtidas, em laboratórios, seria possível sem o uso de animais. Aliás, esses cientistas tentam passar a imagem que os fins justificam os meios. Os primeiros, pelo contrário, tentam demonstrar que os cientistas são pessoas sem nenhuma formação ética ou respeito à vida, ainda que seja animal não-humano. Desse modo, os meios não justificam os fins.

Não se trata somente de uma questão ética humanitária, mas de uma posição político-ideológica sobre o sentido da vida. Os ambientalistas nos convidam a uma

<sup>1</sup>Texto apresentado durante Reunião Regional da SBPC, realizada na UEFS de 29/11 a 02/12/2004.

<sup>2</sup>Carta ao leitor. In: *Revista Veja*, ed. 1881, ano 37, n. 47, 24 de novembro de 2004.

<sup>3</sup><http://www.filedu.com/hlafolletedireitosdosanimaiseerrosdoshumanos.html>.

<sup>4</sup>[http://www.criticanarede.com/entr\\_tomregan2.html](http://www.criticanarede.com/entr_tomregan2.html)

<sup>5</sup>[http://www.criticanarede.com/entr\\_tomregan.html](http://www.criticanarede.com/entr_tomregan.html)

mudança profunda na relação homem e meio ambiente; os cientistas, de outro modo, colocam essa atitude (uso de animais em laboratórios) como uma posição compatível e limitada de uma realidade que não apresenta outras formas de estudo sem fazer uso de cobaias.

Quem terá razão: ambientalistas ou cientistas? Abolição ou melhores condições de uso e bem-estar? Infelizmente o problema não se resolve assim.

Como disse, infelizmente, há outros “complicadores”, por exemplo, a exploração e a violência contra os animais não-humanos se estendem além dos laboratórios. Comemos carne e comemos além das nossas necessidades fisiológicas. E o pior: não vemos nenhum problema com esse excedente. Somos eficientes em criar, retalhar e comer carne de animais não-humanos. Nesse sentido, praticamos, numa interpretação ambientalista, uma espécie de genocídio (biocídio) animal, isto é, usamos violência contra essas criaturas.

Os movimentos ambientalistas divulgam a idéia de que não precisamos dos nutrientes da carne. Para os nutricionistas, a não ingestão de carne levanta uma encadeada sucessão de argumentos de que a falta desse alimento prejudicaria enormemente o funcionamento do corpo. Para os defensores dos animais não-humanos, já saberíamos onde encontrar os elementos nutritivos substitutos para uma dieta equilibrada. Para os outros que defendem a ingestão de carne, tal ato é impossível. Cabe lembrar que no meio dessa celeuma existem correntes conciliadoras.

Mas voltando a nossa comunicação principal, a questão não é só tratar as cobaias generosamente ou diminuir os limites insuportáveis de Dor, reduzindo a violência, ou pior ainda, não agredi-los desnecessariamente em sua saúde. Mas sim reconhecer explicitamente que os animais não-humanos têm direitos. Além disso, não precisamos de nenhum esforço e/ou pesquisa científica para se constatar que esses seres sentem desconforto que é, fundamentalmente, Dor. Tal estatuto, para os defensores dos animais, nos convida a uma substituição política pela não violência, em todos os níveis, contra eles, ou seja, ao invés de reduzir o desconforto se promover uma abolição.

Ao dedicar-nos ao exame do uso de animais em laboratório, subtrai-nos o encanto da pesquisa científica em detrimento dos desconfortos impostos aos animais. Por outro lado, alguns êxitos do trabalho científico possibilitaram uma melhoria significativa na vida dos animais humanos e não-humanos, sendo decorrência desses estudos. Alguns defensores dos animais reconhecem esses benefícios, mas discordam do “preço” pago. É natural, então, ser a favor de uma corrente ou de outra. Temos, desse modo, um dilema: os direitos dos animais e a pes-

quisa científica. Mas o problema ainda apresenta outras facetas, por exemplo, é certo que alguns animais não-humanos apresentam a capacidade de compreender e adaptar-se a situações que exigem algumas estratégias para resolver problemas. Isto é, por definição, inteligência. Mas tal afirmação pode sugerir um insulto ao animal superior, o homem. Aliás, a influência cartesiana do “Penso, logo existo” (*cogito, ergo sum*) repousa justamente na capacidade humana de solucionar situações complexas a partir da reestruturação do pensar. Tal posição é latente para diferenciar as duas espécies criaturas e sobre ela está toda presunção dos direitos exclusivos dos humanos. Para Descartes, tudo indicava que os animais não têm alma, são apenas corpos que funcionam mecanicamente. Para ele, as paixões da alma são sentidas no coração graças ao movimento dos “espíritos animais” (seria na glândula pineal que o corpo conseguiria se comunicar com a alma) que ligam o coração à glândula cerebral (pineal)”. Escrito de outra maneira, os homens possuem a glândula pineal e alma, enquanto os animais não, portanto, sendo destituídos de alma, eles não sentem dor.<sup>6</sup> Seria essa uma justificativa para o uso dos animais em laboratório? Sim e não! Sim, porque, em grande parte, as ciências ocidentais foram edificadas com muitas influências cartesianas. Para comprovar tais assertivas, basta uma leitura nos trabalhos de Claude Bernard<sup>7</sup>, nos quais pede aos cientistas “indiferença” com o uso de cobaias. Então, essa afirmação retirava toda e qualquer responsabilidade ética do pesquisador. Conta-se, inclusive, que um certo dia, Bernard, não tendo um animal para expor em sua aula de fisiologia, levou o cachorro de sua filha<sup>8</sup>. O passado exerceu, desse modo, um paradigma para pesquisa. Mas o abuso dos laboratórios levaram a reflexão ética sobre os limites de dor a que são expostos os animais não-humanos. Mais uma questão, quais são os animais que podemos encaixar como portadores de direitos e bem-estar? A justiça se descobre! Escrito de outro modo, com quais seres nós devemos ficar estupefatos, horrorizados com seu uso em laboratórios?

Parece-nos que o problema começa a ser visualizado. Dar-nos ares de que a celeuma está justamente na tradição científica, isto é, numa tradição que desconhecia e não-respeitava os direitos ao bem-estar dos animais (isto inclui as pesquisas com seres humanos). Mas esta descoberta aponta aqui e além para a necessidade de um olhar dialético na desculpa científica que os fins justificam os meios. Os direitos dos animais e os abusos cometidos na pesquisa científica levaram a UNESCO, em 27 de janeiro de 1978, emitir a Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Getúlio Vargas, em 1934, pelo Decreto nº 24.645, já previa punições para quem aplicasse maus tratos aos animais. Antes de prosseguir com outros exemplos legais, deixe-nos lembrar que “as cobaias” são admitidas no laboratório como peças vitais e de uso para testes e, por conseguinte, uma reflexão sobre elas deve ultrapassar a própria esfera da legalidade jurídica. Uma coisa é certa, hoje, não lhes cabem direitos, estão

<sup>6</sup>Essa posição é muito discutida e, às vezes, não aceita.

<sup>7</sup>Na *Introduction to the study of experimental medicine*.

<sup>8</sup>Parece-nos que coube a esposa de Claude Bernard organizar a primeira sociedade protetora dos animais.

entregues a sorte miserável.

Enfim, um último detalhe a se considerar: ainda que os animais possam apresentar inteligência, ainda que possam ganhar, inusitadamente, os direitos e serviços assistenciais do Estado, ainda que seja possível abandonar de vez a ingestão de carne de animal não-humano, a deci-

são não será tomada porque os animais têm direitos, mas porque alguns humanos entendem que os animais possuem direitos. Por outro lado, há de se ter limites no uso de animais em laboratórios.

Acreditamos que não há, no momento, uma solução...